

11 SET 1999

CORREIO BRAZILIENSE

O PLANO, O GOVERNO E O POVO

Josaphat Marinho

Todo plano de governo, geral ou parcial, destinado a poucos ou a vários anos, se revela seriedade, merece consideração. Substituir decisões arbitrárias ou circunstanciais por ações reguladas, superpor prioridades a preferências pessoais, é iniciativa que justifica, de parte da cidadania, tratamento compreensivo ao governo. Sempre que o poder político e administrativo revela propósito de corrigir desacertos, abrir-lhe expectativa de êxito é de interesse público. Se nem sempre cabe antecipar confiança, ceder espaço a conquistá-la é próprio do espírito democrático. Nas fases de crise especialmente, dar tempo a acerto anunciado é propiciar o bem coletivo. Sem concessão, permite-se ao governo a revisão de caminho.

O projeto "Avança Brasil" é uma promessa de mudança. O título poderia ser menos enfático, para ser mais indicativo de esforço criador ordenado. Quando se planeja atividade administrativa em situação de dificuldades, é prudente não descortinar benefícios em contraste com a realidade preocupante. A visão clara dos obstáculos não é desanimadora, mas a advertência que mostra a necessidade de trabalho pertinaz, a ser acompanhado com vigilância sem atropelo. Anunciar "avança", antes de aberto o leito da estrada para a marcha firme, pode gerar esperanças ilusórias, de conversão fácil em decepções irritadas.

De qualquer sorte, adotado o plano, o que cumpre agora é executá-lo. Se nele há injustiças, equívocos ou irrealismo, segun-



do já argüido por políticos e economistas, as correções podem ser feitas, gradualmente. O pior a acontecer, neste momento, é a frustração coletiva. Não se há de repetir a indecisão de outros instantes e projetos, como o relativo à recuperação da lavoura cacaueira, ainda hoje sem efeitos correspondentes a seus objetivos. Também não é preciso desenvolver a operação de "guerra", figurada na fala presidencial. Basta esforço regular, coordenado, objetivamente dirigido. Se as vaidades cederem lugar à cooperação espontânea, os resultados serão válidos, mesmo incompletos. Não havendo

"plano do tamanho do país", ao contrário do que sonha a propaganda oficial, o produto dele nunca será inteiramente satisfatório. Na medida, porém, que for expressivo de labor disciplinado e sério, contenta e cria novas esperanças. E mantém a tolerância geral, que é fator do trabalho contínuo e reprodutivo.

Na hora presente, é indispensável ao governo reconquistar a confiança da população. Os índices de impopularidade, e em consequência de desconfiança, são altos. Os números do desemprego e dos "excluídos" são grandes. Revertê-los é tarefa do Poder Executivo: retomando

o crescimento da produção industrial, tranqüilizando o campo, ou reduzindo a agitação dentro dele, para resguardar as safras, assim como estimulando o movimento comercial. Se essa melhoria verificar-se, mesmo sem grandes índices, o governo se aliviará para empreendimentos mais fecundos. Somente alcançará esse estado de ação multiplicadora, se abandonar a prática de reformas burocráticas e no papel, e se dedicar ao trabalho gerador de riquezas e de bem-estar sem privilégios. É preciso não confundir os fatos com o foto-fátuo.

Não alimente o presidente da República a idéia de que a oposição queira "recuar 30 anos na história". Mesmo quando erra ou exagera, a oposição é útil, porque adverte do que o governante não ouve na intimidade. Lembre-se da serena mensagem de Otávio Mangabeira, que, ao despedir-se do governo da Bahia, agradeceu aos adversários as "admoestações", que lhe foram feitas. É que também eles, pelo esclarecimento da verdade, o ajudaram a governar. Certo, não deverá ceder o presidente "à tentação da busca de popularidade". Não desanime, porém, de restabelecer a estima pública, que é fator de trabalho fértil na democracia. Só os ditadores desprezam a opinião pública, porque a sufocam. Nos regimes livres, a conciliação das idéias e a divergência civilizada são motivo de progresso e tranqüilidade.

■ Josaphat Marinho, ex-senador, é professor emérito da UnB e da Universidade Federal da Bahia